

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº28  
AS BASES CONCEITUAIS DA ANÁLISE SOCIAL  
REGIONAL

FERNANDO PEDRÃO (\*)

1984

## I N D I C E

1. Espaço Físico, espaço social, análise social.
2. Espaço-tempo na Economia Política.
3. Justaposição e sequência na análise social.
4. As combinações de processo e estrutura.
5. As mudanças sociais e a relação sociedade-meio físico

AS BASES CONCEITUAIS DA ANÁLISE SOCIAL REGIONAL

FERNANDO PEDRÃO (\*)

(\*) Docente Livre da Universidade Federal da Bahia  
Bolsista do CNPq. CME/UFBa.



*7-19 Abril de  
1993*

## 1. Espaço físico, espaço social, análise social.

O objetivo principal deste trabalho é a discussão de problemas eminentemente práticos da análise social e de sua possível relação com a formulação de políticas. Também inclui a discussão de problemas práticos da análise social, em aspectos em que são obscuras as interrelações entre as questões gerais da análise e da política econômica e as questões que se costuma arrolar como setoriais e como regionais. Entretanto, por considerar-se que a operacionalização da análise social depende de uma discussão mais rigorosa de pontos ainda controversos, o trabalho se apresenta como uma proposta de discussão conceitual e de questões de método, da análise social organizada a partir de um tratamento explícito da dimensão espaço.

Este questionamento conceitual começa com a própria noção de espaço, que vem sendo objeto de imprecisões, senão de controvérsias, dada a inoportuna separação entre as ciências sociais, e seu encasulamento em opções de objeto e de método, que as isolam umas das outras, impedindo-lhes de aproveitar as experiências de suas congêneres. Convém, portanto, usar referências conceituais que se situam às origens - conscientes ou não - das ciências sociais, que antecedem esta brecha disciplinar, tanto em nível conceitual, como na própria sequência genética de formação das ciências sociais. Para Aristóteles (Categorias, cap. 6) espaço é a instância que permite distinguir posições - em cima, em baixo, etc - e que permite que um objeto contenha outro; e (Física, livro IV, cap. 1) é o lugar do movimento. Kant (Crítica da Razão Pura, Sec. 1§2) o espaço é o lugar onde os objetos podem ser representados; não é um conceito empírico, é uma representação necessária a priori; não é um corpo, é um quantum: não é mais que a forma dos fenômenos. Outrossim, espaço e tempo são princípios de (todo) conhecimento a priori, isto é, implicitamente, espaço e tempo são concebidos em conjunto: são princípios que se complementam.

Assim, das conceituações de ambos filósofos transpira uma noção básica de que o conceito de espaço é um requisito dos estudos históricos, portanto, dos estudos sociais. Outrossim, as observações relativas ao espaço contêm, de modo explícito ou implícito, referências de tempo ou colaterais ao tempo, que tam-

bem são históricas.

Tacitamente, estão reconhecidas as diversas dificuldades que cercam o uso do conceito de espaço na ciência social: espaço físico versus espaço funcional, etc. Admite-se que numa discussão rigorosa de temas de ciência social, a única conceituação de espaço que resiste a estas pressões dispersivas, é a de espaço social histórico, isto é, de um espaço engendrado por relações sociais, e transformado por elas. O espaço de uma nação sem território, que lhe confere identidade, é o de sua sedimentação cultural (à parte as habituais observações sobre povos semitas, é importante anotar que no mundo das relações entre nações indígenas no continente americano, são frequentes os deslocamentos territoriais de nações inteiras que, entretanto, mantêm intacta sua identidade); e o espaço nacional de qualquer nação abrange o território onde ela radica, do mesmo modo como contém uma referência a essa mesma profundidade histórica. Os países novos, como o Brasil, têm uma distância inevitável com os países velhos como a Índia e a China, que podem reclamar continuidade etnico-cultural; com países velhos, como a Turquia e o México, que têm uma secular sedimentação policultural; e com países como a Itália e a França, cuja trajetória nacional engloba sua trajetória de formação territorial, onde os espaços sociais marcam todos os espaços físicos. Por fim, há evidentes distâncias entre os diferentes processos de formação dos espaços nacionais, que tornam praticamente impossível reduzir a heterogeneidade a qualquer pequeno conjunto de observações simplificadoras.

Não se pretende tomar, sistematicamente, a discussão desta questão de espaço. Mas são inevitáveis referências à postura que se adota nesta matéria. Outras observações, sobre restrições conceituais aos usos da análise aplicada, que deverão surgir ao longo do trabalho, cumprem a função de reunir exigências para um aprofundamento nesta linha de pesquisa histórica, que enriquece a análise social atual. Vincula-se a situação espacial atual de cada nação com sua condição histórica, destarte insistindo naquelas observações de que a estrutura espacial é, nada mais, a morfologia de processos sociais, resumindo suas transformações.

A rigor, a formalização de uma análise social organizada a partir da ênfase na perspectiva do espaço - sua forma atual, suas transformações, sua ampliação - não incorpora nada de novo ao conteúdo da análise social, já que são os acontecimentos sociais que promovem estas transformações do espaço. Mas este tipo de análise distingue-se por sua capacidade para trabalhar dentro de seus limites epistemológicos próprios, sem pretender ser uma assíntota das ciências da natureza, como bem o adverte Freund<sup>(1)</sup>. A rigor, a análise social sempre contém uma dimensão espacial, implícita ou explícita. Os elementos que dão universalidade à análise social, e os que permitem particularizar na interpretação de problemas sociais específicos, estão igualmente contemplados, já que o acontecimento social é histórico, inscreve-se sempre numa conjunção espaço-temporal inconfundível com quaisquer outras. Em princípio, os problemas teóricos e metodológicos da análise social com ênfase no tratamento de problemas espaciais, deveriam poder ser resolvidos, com margens equivalentes de confiabilidade, a quaisquer níveis de espaço, já que a originalidade de cada caso e as margens de comparabilidade entre eles, são atributos do próprio processo social. No entanto, também parece não haver dúvidas de que há uma autêntica área de dificuldades conceituais relativas à formação social, que são conseqüentes de diferenciações ao interior dos processos sociais, produzidas pelas características dos espaços em que eles têm lugar, portanto, próprias da relação sociedade-meio físico.

A identificação deste conteúdo genuinamente "regional" pode ser uma conseqüência de um processo social em instabilidade recorrente, que não se fecha em percursos<sup>(2)</sup> que o tornem historicamente inteligível. Isto é, pode ser a conseqüência de um processo social de tal característica, que se materializa em pronunciada instabilidade nas relações entre os integrantes da sociedade, num predomínio dos fatores de mudança. Também pode ser uma bus

(1) Julien Freund, "A teoria das ciências humanas", Socicultur, Lisboa, 1977.

(2) Usa-se aqui a expressão "percursos" para expressar o conceito de G. Vico ("Princípios de una ciencia nueva en torno a la naturaleza común de las naciones" na ed. de FCE de 1978, Mexico) dos "ricorsi", que indicam ciclos em que os processos sociais se completam.

ca de explicações dos processos sociais numa escala nacional. Neste âmbito, entretanto, é um questionamento que se supera rapidamente, porque deve absorver contínuas modificações aos níveis intranacionais; e porque a identificação social e cultural das diversas regiões passa a ver-se como parte das mudanças dos processos nacionais.

Mas a explicitação da categoria espaço leva, atrelada, a da categoria tempo, se bem que de modo diferente daquele que vem sendo praticado pela economia. O tempo histórico que se adapta ao espaço e que cria espaço, certamente, não é o tempo unilinear das séries históricas, nem o tempo que pode ser excluído à discrição, pelo estudioso que "escolhe" as qualificações de sua análise temporal ou atemporal. A discussão dos problemas de uma análise social inscrita no espaço das sociedades, é também a discussão da duração dos processos sociais (um aspecto completamente descuidado, desde o relegamento do pensamento bergsoniano) e do confronto de processos com diferentes raízes históricas. É oportuno observar que os diversos problemas de incerteza - compreendendo o tratamento do componente aleatório - consequentes à não certeza de que todos os países chegarão aos níveis de riqueza definidos como de desenvolvimento, tanto atingem as premissas sobre a simetria da propagação dos efeitos de dinâmica do progresso, como atingem os pressupostos das análises sociais que transpõem esquemas de formalização, junto com coleções de fatos observados. Provável que a principal discussão crítica da teoria social continue realizando-se em torno da dimensão temporal. Mas seria praticamente inevitável que tal discussão incorpore os problemas antepostos pela conceituação e análise do espaço; e assim, que torne indispensável um considerável esforço preliminar, na revisão dos problemas teóricos da análise espacial.

A partir destas colocações, os principais problemas de análise que se enfrenta não são os de formalização de qualquer aspecto da análise social, mas de questionamento de objetivos, naquele nível da análise teórica em que a identificação de objetivos imediatos de análise reflete um manejo consciente da relação objetivos-método; e em que a colocação de problemas genericamente definidos como sociais, significa uma recuperação daquela unidade

interna da ciência social antes comentada. Há nisto um pressuposto - que deve ser exposto com clareza - de que a ênfase na dimensão espaço torna necessário suprimir aquelas tendências de método e opção de objetivos, que levam ao distanciamento entre as ciências sociais, substituíndo-as por modos de análise que tomam a realidade social como unitária. Estudam-se os problemas consequentes às modalidades como cada sociedade estabelece os níveis de resposta às questões de ordenamento do espaço físico; e de como cada sociedade encontra canais próprios para transformar seu próprio espaço físico.

## 2. Espaço-tempo na Economia Política.

Os temas que têm sido identificados com uma idéia geral de fenômenos "regionais", podem ser percebidos com mais facilidade a partir de uma perspectiva de análise social, que por elementos reais que os distinguem de outros fenômenos sociais. Esta perspectiva regional consiste em tomar os acontecimentos sociais, diretamente, na forma como se materializam em determinados meios físicos; e em reconhecer seu caráter sequencial, isto é, aquela posição no tempo, que resulta da circunstância óbvia, de que em qualquer coleção de fenômenos semelhantes há sempre alguns que acontecem antes que outros; e ainda, que cada fato social tem uma duração determinada, que o situa num lapso inconfundível com o de qualquer outro. Em síntese, a perspectiva regional maneja um conceito de espaço, que é o de espaço atado a determinadas circunstâncias históricas, de espaço inscrito em determinadas sequências de tempo. E do mesmo modo como não se pode mudar a ordem sequencial dos acontecimentos históricos, tampouco se pode escolher arbitrariamente o tipo de espaço que se maneja no contexto regional.

Noutra face deste mesmo prisma regional, sublinha-se que se captam os fenômenos sociais na formalização que eles chegam em seus respectivos lapsos históricos, que lhes dão seu caráter de originalidade. Entende-se, portanto, que o contexto social consiste de fenômenos comparáveis mas nunca de fenômenos idênticos, que as comparações entre fenômenos sociais têm diferentes graus de verosimilhança, quando se realizam ao interior de um de-



terminado processo social, ou quando constituem comparações entre diferentes processos sociais. (A realidade social das regiões brasileiras articuladas pela economia do ouro é estruturalmente diferente de sua realidade social atual: as relações entre os países da América Central durante a civilização maia são estruturalmente diferentes de sua realidade social atual, etc). Assim, a noção de região tem estado no coração de uma preocupação de identificar a atividade econômica com o lugar onde ela se realiza, entretanto, de modo às vezes surpreendente, ignorando a relação necessária entre esta identificação com um lugar, e a estruturação social de escala nacional. Daí têm resultado grandes imprecisões e confusões, entre os problemas de correlacionamento entre os processos de escala regional e os nacionais, supondo-se, às vezes com ligeireza (i) que os fenômenos sociais de escala regional são sempre parte dos nacionais e (ii) que os processos nacionais abrangem a totalidade dos fenômenos regionais. Com isto, evidentemente, se ignoram as contradições mais evidentes, entre o predomínio de algumas regiões sobre outras e também, ignoram-se os próprios padrões históricos de ocorrência de fenômenos de tipo regional, que os aproxima em alguns casos e distancia em outros, dos processos de formação nacional. (Em que medida, por exemplo, pode-se falar de uma "inclusão" dos fenômenos regionais nos países da Europa Central e Ocidental, e de que modo pode ser analisada a justaposição de fenômenos regionais e nacionais nos países andinos? As analogias nesses casos são, notoriamente aleatórias, podendo dar lugar a inferências contraditórias - ou mesmo sem sentido - sobre a relação entre o que é regional e o que é nacional, ou de como a hegemonia de uma região torna "nacionais" os fenômenos regionais).

De certo modo, uma das imprecisões mais graves das análises baseadas na perspectiva regional é, a dificuldade de trabalhar com um conceito polivalente de região, interdependente daqueles que estabelecem os países como categorias territorializadas das nações e, portanto, que se atêm aos componentes formais da noção de país. Mais ainda, esta dificuldade tem se manifestado, cada vez com mais frequência, para reiterar que muitas das identificações nação-país, herdadas de processos políticos começados na Idade Média e na Renascença, mostram novas fragilidades,

sob o impacto dos processos sociais e políticos, primeiro da revolução agrícola provocada pela expansão do capitalismo comercial e depois, pelos sucessivos impactos do amadurecimento do capitalismo industrial, guiado pelo amadurecimento do capitalismo financeiro. Propagou-se, sem ser questionado, o convencimento de que esta relação nação-país é necessária, sem atentar inclusive para alguns dos componentes mais importantes da evolução política do século XX no sub-contidente indú e no mundo árabe. (Numa perspectiva histórica mais ampla, esta observação pode ser desenvolvida de modo mais rigoroso, pela análise de casos como o dos trácios, cujas manifestações nacionais aparecem em diferentes "formas" nacionais mas que, praticamente, não fica limitada por nenhuma delas). As questões próprias do conteúdo histórico da noção de região reaparecem, sob diferentes formas, com muita clareza, num país como o Brasil, onde é nítida a contraposição entre as regiões de colonização mais antiga e estabilizada - Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, por exemplo - dotadas de alguma profundidade histórica; e as regiões que aparecem no mapa apenas como espaços em processo de ocupação, ainda sem uma identificação cultural própria. Assim, tem sido inevitável atribuir um sentido relativo à definição de região e à de espaço regional. A própria focalização no problema da definição, tem mostrado ser um equívoco, ou pelo menos um desvio de atenção, em relação com os problemas mais urgentes regionais, em parte porque limita a discussão aos aspectos físico-formais das regiões; e em parte, porque separa a discussão dos temas regionais de sua real comparabilidade com os temas nacionais.

Neste último aspecto, precisamente, parece estar um dos principais problemas da análise de corte espacial, que é o da simplificação de método que leva a reduzir a problemática regional a uma mera questão da forma das regiões: forma física territorial ou forma física da estrutura da economia<sup>(3)</sup>, por oposição à conceituação de que essa forma física é sempre a expressão de um processo social; e que a forma física, finalmente, só nos interes

---

(3) É uma alusão aos aspectos de morfologia da economia, isto é, de morfologia do capital em suas várias modalidades; e de morfologia das combinações de capital com recursos naturais, um tema que deverá ser retomado neste mesmo trabalho.

sa porque é parte de um processo social. Esta simplificação, que marca a análise econômica regional de base positivista, leva a outra, mais profunda, de sobrepor a dimensão espacial à temporal, ou de isolar a dimensão espacial, numa distorção conceitual tão grave quanto a de eliminar o espaço da análise dinâmica econômica. A superação desta simplificação de método constitui um dos principais problemas teóricos que se enfrenta agora, para resgatar os resultados válidos da análise regional para a interpretação da realidade social.

Estes aspectos de proporcionalidade, de coerência e de harmonização dos planos temporal e espacial, é um componente essencial de qualquer revisão da análise social que inclua entre seus objetivos o de cuidar de sua adaptabilidade, para absorver a heterogeneidade própria do acontecer histórico. Neste sentido, a própria formalização de uma análise "espacial", constitui uma distorção da análise social, que se reduz aos seus componentes formais e se desprende do sentido temporal histórico. Em síntese, por trás do questionamento da pertinência da análise social espacial, encontra-se um questionamento muito mais profundo, sobre a característica reflexiva da análise social, que a obriga a um compromisso teórico bem mais complexo que o de garantir o conteúdo semântico dos postulados teóricos, como bem o assinala Habermas<sup>(4)</sup>: A consistência formal da teoria resolve este aspecto do conteúdo semântico, mas só pode ser considerado teoricamente satisfatório, enquanto a teoria for apenas a teoria da formalização da economia, mas não se lhe exija aplicabilidade ao contexto social.

Este é um aspecto fundamental da percepção crítica da análise social, portanto, uma peça essencial da ciência social. Como indica Bachelard<sup>(5)</sup>, já não se trata de resolver dis-

(4) Jurgen Habermas, "Conhecimento e interesse" (Zahar, Rio, 1982) Alude-se aqui ao capítulo sobre a auto-reflexão das ciências do espírito, em especial, às definições de teoria, estrutura teórica, requisitos das teorias.

(5) A observação de Bachelard é conceitualmente mais ampla que o sentido que se lhe atribue aqui. Refere-se aos problemas de formalização da representação de fenômenos determinados que, de um modo ou de outro, entranha um sentido de extensão dos fenômenos é portanto, de uma geometria funcional que, finalmente, termina por tratar com o que ele chame de "realismo ingênuo das propriedades espaciais" ("La formación del espíritu científico", Siglo XXI, Mexico, 1978). Bachelard acrescenta que esse realismo ingênuo mostra a ne-

crepâncias relativas ao conceito de espaço ao nível das propriedades formais da estruturação da geografia econômica na geografia física, ou da sociedade no seu território, mas de identificar a relação interna entre uma configuração espacial e seu conteúdo social, portanto, de reconstruir no âmbito da análise, uma significação do espaço dada por seus usos passados e atuais<sup>(6)</sup>. De fato, a menos que se possam mostrar claramente, as relações entre as configurações espaciais e os processos econômicos e sociais que as causam, é inevitável que a análise regional fique metodologicamente limitada a uma exposição de fatos associados entre si, sem que sejam examinadas as regras de associação entre eles. É uma limitação teórica e metodológica que tem marcado a análise regional; e que se tem feito mais notória, precisamente, quando essa análise isola esferas de fenômenos econômicos supostamente "puros", de fenômenos sociais em geral e de fenômenos físicos.

É uma perspectiva teórica e metodológica, que se concretiza numa análise econômica regional, isolada da interpretação dos resultados da relação sociedade-meio físico, pretendendo trabalhar com um método econômico autônomo, o que na prática quer dizer, com um método sustentado apenas em regras de consistência formal. É evidente que se trata de uma perspectiva teórica, cujo desdobramento analítico é operacionalizado para identificar e responder questões econômicas formais do ordenamento espacial da economia, mas não dos processos da economia. Constitui uma opção, tanto ao interior da análise social como da análise que relaciona os fenômenos sociais com os físicos; e levanta uma questão essencial, do paralelismo de pluralidade e unidade do conceito de espaço nas

---

(continuação da nota da página anterior)

cessidade - necessidade epistemológica, evidentemente - de trabalhar "debaixo do espaço", ou seja, de estabelecer diferenciações mais precisas entre os aspectos externos formais dessas configurações; e aquelas características dos fenômenos que as determinam. Isso significaria ainda, que as configurações espaciais correspondem sempre a fenômenos sociais, reconhecendo-se sua dimensão histórica. Esta idéia se desenvolve com mais detalhe, ao analisar-se a transformação dos espaços físicos, em relação com a dinâmica social.

(6) Daí provém uma das principais dificuldades para realizar qualquer análise comparativa entre as estruturações espaciais de países de indubitável continuidade de colonização - como os da Europa ocidental - com países de colonização irregular e com outros, de colonização recente. Pode-se dizer que o tempo em cada uma delas é diferente e que as generalizações da análise econômica incorrem em inconsistências que comprometem a validade das conclusões.

ciências sociais, na origem da formalização de um método de análise social que o tenha como essencial. É evidente também, que esta opção de análise recusa as escalas de dificuldades inerentes à discussão de categorias da análise social que sustentam a crítica do conceito unitário de espaço no campo social.

Esta discussão leva a revisar o quadro de referências espaço-temporais em que se situa e desenvolve a economia, no sentido cabal, da conceituação original da Economia Política. Naturalmente, as conjunções espaço-temporais correspondem a uma perspectiva histórica genérica, quer dizer, os atributos de sequência e justaposição de dados físicos e de fenômenos sociais, inscrevem-se, necessariamente, numa relação da sociedade com o meio físico, que se estrutura ao longo do tempo; e que só pode ser captado quando os meios de percepção da análise social são suficientes para reproduzir a relação entre os processos de transformação da sociedade e sua estrutura atual<sup>(7)</sup>. No entanto, ao reconhecer este condicionamento histórico, simplesmente se estabelecem os âmbitos em que se dão as interrelações entre processos sociais, ao nível de cada sociedade em seu conjunto ou de seus componentes, e a caracterologia de cada processo social. Assim, não é suficiente para estabelecer os contornos de cada relação espaço-temporal histórica concreta, porque em cada uma delas há sempre uma composição de elementos formais e de significações, que é essencialmente irreprodutível<sup>(8)</sup>.

Para a formalização de uma análise teórica econômica, estes problemas filosóficos são essenciais, em parte porque

---

(7) Uma análise histórica da ciência social mostra a importância de manejar uma crítica desta relação espaço-tempo, como um meio de situar a combinação dos aspectos de pluralidade e de unidade da análise. É um aspecto que se destaca em T. Betanini ("Espaço e ciencias humanas", Paz e Terra, São Paulo, 1982).

(8) As cidades que experimentam transformações intensas e rápidas em formação de seu equipamento urbano, em apropriação de espaço construído, não podem ser analisadas apenas neste nível físico, exterior, senão que ao nível de sua formação social. Transformações técnicas, como nos meios de comunicação (o efeito da televisão na educação) são parte importante da transformação da cidade. Unidades de sub-espacos urbanos, como os bairros, podem ser tomados como referência destas transformações, segundo elas atingem os diferentes grupos sociais.

os fatos econômicos constituem impulsos de força, que se propagam em espaços sociais que são, por definição, irregulares e que, portanto, se materializam em determinados usos, também irregulares, de recursos físicos; e em parte, porque esta propagação dos efeitos dos fatos econômicos sempre é qualificada pela estruturação social em sua totalidade e não apenas por seus componentes econômicos. Em síntese, não se pode conceber os usos dos recursos físicos como ideais, desprendidos das circunstâncias sociais em que eles têm lugar.

Mas, mesmo no plano estritamente econômico, a propagação dos efeitos das transações econômicas é estruturalmente irregular, como explica a teoria do multiplicador - com diferenças nos sentidos em que se expande e na intensidade da expansão - que respondem à estrutura física do capital e à forma como ele é socialmente utilizado. Elementos tais como as diferenças de velocidade da circulação de moeda, a intensidade e a eficiência no uso das instalações de transportes, são indicadores destas diferenças de estrutura. A percepção destas assimetrias próprias de cada estrutura econômica, leva a uma conceituação de dinâmica econômica, fundamentada na combinação de impulsos descontínuos em determinados lapsos de tempo<sup>(9)</sup>, em que as repercussões dos acontecimentos podem ser descontínuas e mudar de direção.

Trata-se, portanto, de trabalhar em aspectos da fundamentação teórica da economia, que se remetem ao quando e ao como dos fenômenos econômicos. É um questionamento do empirismo que, num determinado momento do questionamento metafísico europeu, forneceu uma versão do velho problema da relação sujeito-objeto, sobre a qual se estabeleceram os postulados básicos da economia. Baseia-se numa teoria dos conhecimentos dos fenômenos econômicos apoiados na possibilidade de conhecer as atitudes de grupos sociais e de sociedades, mediante a agregação das atitudes de pessoas, a pos

---

(9) Esta é uma conceituação apresentada por Lindahl ("Ensayos sobre la teoría del dinero y del capital", Aguilar, Madrid, 1947), que se distancia de outras conceituações posteriores de dinâmica (ver Fritz Machlup, "Economic Semantics", Princeton, 1968), que se limitam a tomá-la como o estudo de qualquer movimento linear de expansão, na tradição da teoria do crescimento.

sibilidade de identificar padrões ideiais de egoísmo individual com atitudes invariantes de grupos sociais e supondo ainda, que a caracterização desses grupos sociais possa manter-se ao longo de transformações das sociedades em seu conjunto.

Não há novidade alguma nessa reiteração da necessidade de uma crítica dos juízos simplificadores das bases conceituais da teoria econômica. Reconhecer o conteúdo crítico de cada asseveração científica, é um requisito de conhecimento da extensão - e portanto, também dos limites - dessa asseveração; e é situá-la em relação com as demais asseverações que compõem o corpo teórico de uma ciência. É, portanto, um requisito indispensável para ultrapassar o âmbito do conhecimento ingênuo dessa ciência. No entanto, a economia tem se desenvolvido, em grande parte, pelo acrescentamento de teoremas, numa postura que não julga a representatividade das asseverações em sua confrontação com a realidade. Assim, mesmo assegurada a consistência material da crítica, persistem dificuldades para aquilatar a validade das interpretações científicas, do plano categorial ao do contrastamento com as necessidades de operacionalização da teoria. Simplesmente, ao tomar a postura criticista como meio de julgar a adequação da teoria, sugere-se que se examine sua pertinência em relação com a realidade<sup>(10)</sup>; e sua relevância frente aos problemas que a distinguem historicamente, isto é, é necessário considerar a significância histórica da teoria (Como julgar no século XX a significância histórica da teoria mercantilista, senão em função da problemática social do século XVIII?)

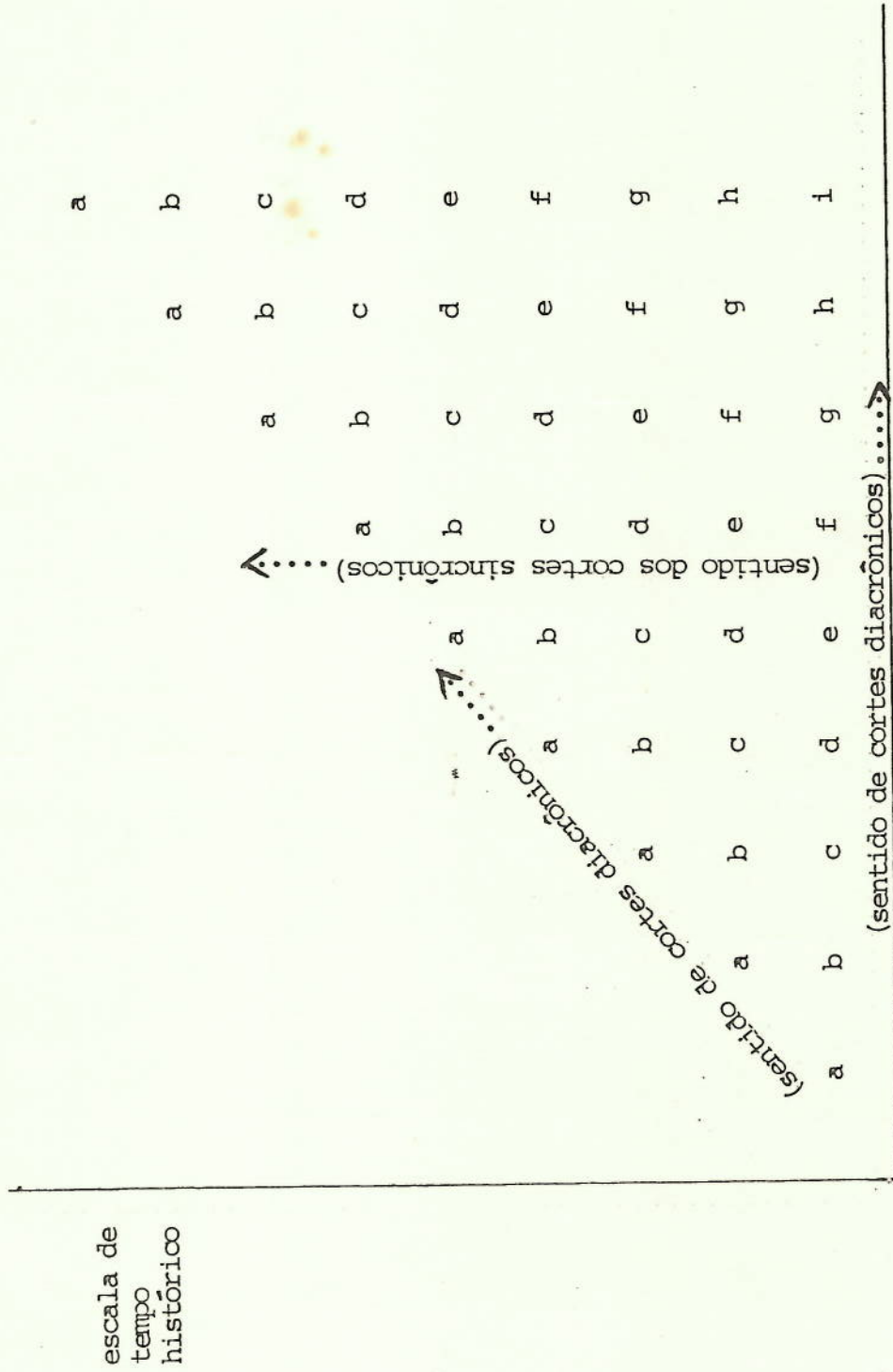
Por todas estas razões, a prova mais difícil da postura criticista é a relevância: relevância da teoria, naquilo em que ela capta os elementos essenciais da realidade<sup>(11)</sup>, portanto, reproduzindo-a de modo simplificado; relevância da pesquisa teórica, a cada conjunto específico de problemas, para produzir as adapta-

---

(10) Myrdal colocou as bases de um questionamento metodológico, no que toca à economia, ao propor (Asian Drama, Pantheon, N.Y., 1968) substituir a relação entre variáveis endógenas e exógenas pelo binômio variáveis pertinentes-não pertinentes.

(11) Jurgen Habermas op.cit.

FIG. 1



escala da sequência dos acontecimentos



ções necessárias para captar os componentes específicos da realidade<sup>(12)</sup> e chegar a eles em forma articulada; relevância, enfim, da teoria em sua fundamentação sobre conhecimento do real e em seu confronto com políticas econômicas e sociais. No entanto, como é evidente à luz das próprias características da análise lógica, os problemas de relevância da análise teórica estão, simultaneamente, a diferentes níveis de abstração da pesquisa teórica da ciência; e todos eles igualmente carregados de significação para a condução dessa pesquisa<sup>(13)</sup>. Encontra-se aí, um sentido de historicidade da teoria da ciência, da fundamentação da forma atual da ciência num movimento que a transforma, mercê do trabalho de pesquisa científica<sup>(14)</sup>; e que torna visíveis suas conexões com o rumo que tomam as preocupações filosóficas, naquilo em que elas mostram certos traços predominantes em cada época, e, de certo modo, caracterizam cada época, mostrando sua atitude em relação com as anteriores e dando uma apreciação do contexto social em que têm lugar<sup>(15)</sup>. Desse modo, pode ver-se como a teoria da ciência "realiza" as interrelações entre fenômenos e como identifica fenômenos afins (que, supostamente, podem ser relacionados uns com os outros) pela forma como coincidem sempre uns com os outros, ou pela forma como coincidem uns com os outros em diferentes sequências, ou ainda, em diferentes combinações das várias sequências de acontecimentos - tal como se ilustra na figura nº 1 - mostrando como a sequência do tempo próprio dos acontecimentos se desloca - a

- 
- (12) Wicksell já propusera uma crítica da validade da teoria em função de seus objetivos (K. Wicksell em "Ends and means in economics" em "Selected Papers on economic Theory" A. Kelley, N. York, 1969) destacando a questão relativa à escolha de quais seriam os elementos essenciais que garantem sua representatividade.
- (13) Bachelard utilizou esta mesma imagem gráfica ("La dialectica de la duración", Ed. Villalar, Puerto Rico, 1978), para referir-se ao conceito bergsoniano dos atributos da substância. Este paralelismo parece ser válido, na medida em que se tome a relevância como um atributo necessário da teoria da ciência.
- (14) A. Einstein em prólogo a "Adonde va la ciencia" (Max Planck, Ed. Losada, B. Aires, 1961) propõe estes problemas como essenciais para a própria ciência que, finalmente, dependeria do trabalho da filosofia.
- (15) A reflexão sobre o sentido de proporções das questões filosóficas em sua respectiva oportunidade, é colocado como um problema de limites de época por I. Bochenski ("La filosofia actual", Breviarios del Fondo de Cultura Economica, Mexico).

ritmos diferentes do deslocamento geral do tempo histórico.

A questão, portanto, é que a relevância é o requisito principal da análise das combinações de fenômenos - justapostos e sequenciados, ou apenas justapostos, ou apenas sequenciados - com o que se apresentará, inevitavelmente, em todas as possíveis combinações de fenômenos reconhecidas como representativas de processos sociais, isto é, aquelas sequências não acidentais, a que se podem atribuir regras de sucessões previsíveis. Esta relação entre a relevância da análise e as relações de causalidade a nível dos fenômenos estudados, pode ser tratada a diferentes níveis de abstração, e em diferentes condições da análise social. Por isto mesmo, é necessário um breve exame destes aspectos de justaposição e sequência, como passo preliminar para considerar os problemas de processo e estrutura na análise social de base econômica.

## 2. Justaposição e sequência na análise social.

Apresentam-se, aqui, diversos problemas, relativos aos modos de formação desta análise social e de como ela se desenvolve. O que distingue a análise de fenômenos históricos, é que a identificação de variáveis, sua ordem e sua significação são necessárias: não estão no âmbito do arbítrio do estudioso. Como diz Romero<sup>(16)</sup>, "a distribuição ou ordenamento científico dos entes culturais se realiza... por famílias naturais". No entanto, ao considerar diferentes sequências de fenômenos afins - como na fig. 1 - encontram-se condições bastantes mais complexas de comparação, resultantes de que o desenvolvimento das sequências pode se fazer com diferentes conjuntos de termos, portanto, com diferentes regras de sucessão (Aristóteles, Analítica Posterior, Libro 1, cap. 13). Obviamente, não se trata de incorrer na falta de sentido, de entrelaçar diferentes conjuntos de observações sequenciadas<sup>(17)</sup>,

(16) Francisco/Romero, "Logica", Espasa Calpe, Argentina, Buenos Aires, 1961.

(17) Podem ser citadas, por exemplo, as observações de M. Cohen e E. Nagel ("Introducción a la lógica y al método científico", Amorrortu, Buenos Aires, 1977) sobre a falácia das inferências cruzadas sobre diferentes sequências de fenômenos semelhantes.

mas de trabalhar com as margens de comparabilidade que fluem da forma como estão dispostas estas sequências em relação umas com as outras. Não há razão alguma a priori, para não considerar as possibilidades de comparação entre as diversas sequências que compõem o conhecimento da realidade social. Pelo contrário, na medida em que as inferências sobre os processos e as estruturas sociais aumentam, em número e em complexidade, a partir do enriquecimento da base empírica da análise, aumenta a probabilidade de que o conhecimento dos problemas sociais ganhe em solidez; e que a ampliação de seu escopo teórico tenha correspondente efeito de ampliação das perspectivas do pensamento crítico.

A gênese do pensamento teórico na ciência social se dá por um encadeamento de raciocínios de associação e derivação, que se estabelecem a partir de conjuntos de observação de conjuntos de acontecimentos, aos quais se atribue a condição de problemas, isto é, temas cuja explicação apresenta dificuldades presumivelmente superáveis<sup>(18)</sup>; ou como temas aceitos como representativos de um determinado quadro da realidade.

A referência à noção de conjunto é necessária: Há um sentido de continuidade, uma relação antecedente-consequente, que exclue os raciocínios esporádicos do pensamento teórico, já que eles não necessariamente são convergentes à estruturação de um conhecimento contínuo e acumulativo.

Com esta conceituação, entende-se que a ciência social tem se desenvolvido como um processo de progressiva explicitação dos problemas próprios de contextos sociais, portanto, sempre em condições historicamente determinadas. As formas específicas como se operacionalizam as preocupações com os problemas sociais, obviamente, refletem a percepção histórica do estudioso, com os maneirismos de processamento de sua inserção de classe em sua sociedade; e com os de sua participação na articulação social de práticas ajustadas por relações inter-nacionais e inter-proces

---

(18) As dificuldades reputadamente insuperáveis escapam do campo das preocupações da ciência, constituindo uma área de especulação filosófica, em que não necessariamente tem sentido o objetivo implícito da ciência, de acumulação e estruturação de conhecimentos.

sos sociais, que não podem ser reduzidas aos moldes de qualquer sociedade em particular. A integração internacional conduzida pela expansão do capitalismo e pelos movimentos que se lhe contrapõem (socialismo de base européia, o recrudescimento do islamismo) estabelece um contexto de temas dominantes e de opções de linguagem analítica, que fixam a análise social e assim, também, que atingem as pautas metódicas de trabalho. A ênfase nas questões de linguagem e método, bem como a preferência pela busca de precisão formal, são manifestações valorativas dos próprios objetivos das ciências sociais, que são um produto de posições muito mais complexas que simples disputas entre escolas de pensamento. Assim, a trajetória da formação de base conceitual da análise social reproduz diferentes condicionamentos, que devem ser desemaranhados para que se possa apreciar a situação atual da relação teoria-método.

A visão hegeliana sintética da história, fundada numa expansão gradual da percepção de sua profundidade, refletirá uma visão dos acontecimentos, suficiente para reconhecer as relações entre eles. É um enfoque que põe ênfase nos elementos coerentes da história conhecida, frente à massa de acontecimentos que se conhece, e frente à massa do que é plausível em função da massa de conhecimentos que se tem (o que significaria um enfoque sistêmico da história, com componentes conhecidos e "incógnitas" de valor inferível a partir de parâmetros conhecidos). Há, portanto, uma diferença fundamental entre as interpretações históricas apoiadas numa busca de coerência entre coleções de acontecimentos sequencialmente ordenados; e as interpretações que procuram, seja esgotar as lacunas de conhecimento factual, seja ordenar e situar o que é plausível, a partir das margens de conhecimento factual supostamente inquestionável.

Há boas razões para ser reticente acerca das perspectivas de um conhecimento histórico baseado em esgotar lacunas de conhecimento factual, ou em chegar a um conhecimento indutivo inquestionável<sup>(19)</sup>. Entretanto, a análise crítica histórica contemporânea

(19) Jacques le Goff e Pierre Nora em seu "Historia: novas abordagens" (Liv. Francisco Alves, Rio, 1976), exemplificam e resumem uma linha de trabalho que se volta, explicitamente, para este tipo de crítica ao nível da história em geral e da presença da história nas ciências sociais.

nea aponta contradições desta opção indutiva, que sugerem maior prudência na escolha dos objetivos finais do conhecimento objetivo histórico. E por oposição, as dúvidas sobre as possibilidades desse conhecimento "inquestionável", levam a concentrar as atenções em algumas questões básicas de método, que constituem antecedentes necessários no desenvolvimento de uma análise social de fundo crítico, sobre questões históricas concretas.

A ampliação de escala de percepção da ciência oficial tem uma inevitável tendenciosidade, conseqüente à inserção em que ela se gesta. Assim é como surgem as diferenças de percepção dos problemas sociais em geral e econômicos, que têm sido próprias da organização de uma economia mercantil, a partir da consolidação de uma escala de poder econômico e político na Idade Média; da formalização de uma teoria do comércio internacional, baseada numa relação agricultura-indústria, no arcabouço da consolidação do poder britânico a escala mundial; e a formalização de uma teoria do equilíbrio geral - decalcada de uma visão centralista do poder, do império austro-húngaro - que estabelece um caminho de trabalho teórico, a partir do qual já não se chega mais que a teoremas (inclusive, repudiando o esforço keynesiano, pelo que ele contém de revisão de categorias do pensamento econômico).

A ampliação do mundo da teoria econômica a observações empíricas a uma base de referências factuais de escala mundial, tem mostrado insatisfações com a estrutura da teoria que, em temas como os termos de troca e o desenvolvimento não equilibrado, mostraram a necessidade de que se re-estabeleça a relação entre o perfil (não só a forma, mas a combinação de forma e conteúdo) da teoria e seu objeto. Esta percepção do funcionamento dos sistemas econômicos; e a formalização de uma teoria econômica predominante numa determinada época, quer dizer, numa determinada realidade histórica, foi corretamente marcada por Goldmann<sup>(20)</sup>, como parte do desenvolvimento de um raciocínio que toma estes proble-

(20) Lucien Goldmann ("Las ciencias sociales y la filosofía", Nueva Visión, Buenos Aires, 1972). O tema central desse trabalho é o desenvolvimento de uma consciência possível, e de sua função no desenvolvimento das ciências sociais, em que este desenvolvimento do pensamento social é diretamente conseqüente às possibilidades históricas de consciência do real.

mas com a amplitude que realmente corresponde a sua inserção em processo de escala nacional.

Trata-se da substituição de uma percepção dos sistemas econômicos como estruturas vivas - a fisiologia da economia, em que se cristalizou o pensamento dos fisiocratas - pela percepção da estrutura em si, inevitavelmente estática, em que se materializou a noção walrasiana de equilíbrio. Com ela se deslocou a preocupação central da teoria para a interpretação de um jogo de interrelações entre variáveis definidas em condições atemporais, aceitando, de modo explícito, a limitação conceitual de manejar o conceito de estrutura sem tratar seus problemas de gênese e transformação.

Ao retomar este problema ao nível de complexidade de análise que implica situar os sistemas econômicos em sua real situação histórica, é inevitável que se trabalhe com a premissa de que suas possíveis posições de equilíbrio não podem ser concebidas fora de condições representativas da trajetória de seu desenvolvimento. Há, portanto, uma relação de opostos complementares entre as situações de equilíbrio e as condições de gênese da estrutura econômica, em que o equilíbrio se concebe como uma situação transitória por definição, e não como um estado de estabilidade a que as forças sociais tendem a voltar quando submetidas a pressão. As condições de equilíbrio são aquelas condições de equilíbrio possíveis de cada trajetória econômica. Assim se define o sentido de fisiologia da economia. Mas está claro então, em que se trata de transformações do espaço e em caso algum, de formalizações econômicas separadas dos demais aspectos das transformações sociais.

A estas dificuldades, que se têm tornado evidentes a partir da análise do plano metodológico, somam-se outras, próprias da estrutura conceitual da teoria, que repercutem no próprio plano metodológico: Ao revisarem-se as condições específicas em que devem ser colocados os problemas de ordenamento dos fenômenos sociais para análise, surgem dificuldades, relativas a distinções entre o que é genérico e o que é específico, e da combinação de unidade e diversidade.

Há duas observações iniciais a fazer sobre este problema. Primeiro, que no quadro dos fatos sociais, o componente generalizável só o é por exprimir os aspectos de semelhança, de continuidade ou de coincidência, entre fatos que podem ser situados em tempo e espaço. A possibilidade de generalização reflete circunstâncias da realidade, havendo uma identificação entre possíveis coincidências casuais entre fenômenos diversos e coincidências que reflitam algum tipo de organicidade dos fenômenos: Há uma relação epistemológica necessária, entre as escalas de generalização da realidade e as da teoria<sup>(21)</sup>. Segundo, os componentes de peculiaridade, a parte não generalizável dos fenômenos sociais, não necessariamente supõem qualquer tipo de repetição, isto é, procede exatamente da diversidade de cada contexto social; e naturalmente, que este componente social peculiar pode ampliar-se, incrementar-se em diferentes proporções e perfís em cada caso, sem que haja qualquer relação entre este processo de ampliação e as transformações que tenham lugar no âmbito do componente generalizável.

Ambas observações referem-se ao perfil essencial do quadro social que, eventualmente, pode permitir raciocínio de tipo analógico, em todas aquelas circunstâncias em que a configuração total do quadro social contém esses aludidos elementos de repetição, portanto, em circunstâncias nas quais as associações entre fenômenos podem ser identificadas e analisadas ao nível gnoseológico de cada fenômeno. Mas reconhecendo que estes raciocínios analógicos não sustentam suposições a priori (como costuma acontecer com a "escolha" de hipóteses, na análise social habitual aplicada à economia). Justamente aí, encontra-se uma limitação às interpretações dos processos sociais que os subordinam - ou simplesmente condicionam - a determinado tipos de relações e por extensão, às definições dos elementos postos em relação. Este aspecto deverá ser examinado com mais precisão e detalhe, naquelas oportunidades em que sejam necessárias análises da fundamentação dos próprios juízos analógicos. Numa primeira aproximação do

---

(21) Edgar Morin ("La méthode: La nature de la nature" Seuil, Paris, 1977) desenvolve uma pesquisa de fundo epistemológico, justamente sobre o compromisso da estruturação da teoria com as estruturações que constam do mundo físico e que oferecem os materiais de reflexão para a organização da teoria.

tratamento do problema, parece ser necessário afirmar - para benefício da solidez epistemológica do raciocínio teórico - que as possibilidades de analogia no universo do social, dependem diretamente da repetição e de sua regularidade; e dos modos específicos como essa repetição permite relacionar uns fenômenos com outros.

A maior dificuldade que enfrenta a análise teórica de problemas sociais, consiste precisamente em que os fatos sociais podem ser tratados mediante juízos analógicos de justaposição, independentemente dos que se repitam, e da forma como se repitam, quer dizer, que podem ser analisados mediante analogias que não dependem das definições do tempo, ou da forma como ele é incorporado à análise. Com isto, portanto, se indica que a análise social teórica pressupõe possibilidades de expressão conceitual e de formalização operativa, que podem ser situadas num nível que não depende do conceito de sequência. Naturalmente, isto faz supor que por aí deve haver uma maior facilidade de estabelecer associações de idéias, pelo que é de esperar que o raciocínio teórico se desenvolva, primeiro aproveitando as possibilidades de estabelecer inferências, trabalhando a partir da mera justaposição de problemas; e que somente ao alcançar maior amadurecimento, possa propor-se uma reconstrução integral dos problemas sociais que os torne inteligíveis ao nível da análise.

Noutro nível de análise, isto pode significar que na construção de um pensamento teórico na ciência social, os juízos de justaposição sejam uma instância metodologicamente anterior às análises que tratam os problemas de sequenciamento de fenômenos. Mais ainda, com isto se antecipa uma crítica do pensamento social teórico, que se deixa ficar no nível da análise por justaposição de problemas e que, portanto, não se pergunta qual seja o lugar dos juízos de justaposição num pensamento teórico que se propõe ter um compromisso de reproduzir a realidade. Volta-se, necessariamente, às questões próprias da fundamentação conceitual de uma teoria cujo objeto é uma imagem de equilíbrio geral (equilíbrio por mera equivalência) que, intencionalmente, ignora os problemas de gênese inseridos na própria noção de estrutura social, separando-a por completo da noção de tempo.



Tacitamente, estas observações sugerem a presença inevitável de dois problemas de teoria social, que são: Primeiro, de dever controlar e superar uma tendência a simplificações não calculadas e portanto, de consequências imprevisíveis para o esforço teórico; e segundo, de que, para não incorrer nessas simplificações, é indispensável qualificar as noções de justaposição e sequência, segundo as condições em que elas podem ser aplicadas no contexto social. Evidentemente, não se trata da simples incorporação de indicações sobre as conotações conceituais dessas expressões, senão de tomá-las, respectivamente, nas significações teóricas e metodológicas, e examinar as condições específicas em que o uso de uma das duas depende do uso e da definição da outra.

Supõe-se que todas as relações estruturais incluem propriedades diferenciadas - e, nesta qualidade, adicionais - às propriedades dos termos componentes da estrutura. Trata-se, portanto, de uma distinção necessária num exame que se situe ao nível das categorias da análise social. Concretamente, no âmbito das estruturas sociais, as interdependências entre as análises de justaposição e sequência, têm regras próprias, que são as que emergem nos cortes diacrônico e sincrônico. O ordenamento da análise sincrônica não é, de modo algum, anterior à análise diacrônica (como quer fazer crer a análise positivista, que a toma como mais confiável que a dinâmica, por ser-lhe conceitualmente anterior), mas é interdependente das possibilidades que lhe estabelece a análise diacrônica: As condições de sincronia são, especificamente, condições daquela sincronia em particular que são possíveis com o elenco de elementos "trazido" pela diacronia (Noutras palavras, a análise econômica do equilíbrio é um caso de análise dinâmica atemporal, tanto quanto a geometria euclidiana é uma das geometrias possíveis num quadro referencial de relatividade).

No que ela tem de essencial, a justaposição simplesmente, põe frente a frente, conceitos, fenômenos e problemas, podendo esperar-se que se tornem evidentes aquelas características que se definam por contraste; e que não há razão alguma para supor que devam haver resultados "naturais" das relações entre os componentes de qualquer estrutura, que surjam simplesmente por serem eles justapostos. Em contrapartida, tampouco há restrições a

priori alguma para mudar de características e prolongar-se em qual-  
quer sentido. Noutras palavras, a mutação social pressupõe, taci-  
tamente, a presença de relações de sequência, já que (i) os pro-  
cessos de transformação social não podem materializar-se sem ter  
uma duração determinada e (ii) as mutações sociais alcançam as es-  
truturas em sua totalidade<sup>(22)</sup>.

Resta considerar quais seriam as peculiaridades das  
combinações das análises diacrônica e sincrônica no campo social;  
e como se concretizariam numa análise social que procura recupe-  
rar, explicitamente, o sentido de espaço. Nisso há uma considera-  
ção fundamental a fazer: A sociedade em sua relação com o meio fí-  
sico desloca-se sempre sobre situações já estabelecidas, de uso  
de recursos físicos e estruturação territorial da economia, por-  
tanto, implicando em restrições de trajetória, em qualquer momen-  
to dos processos econômicos, estabelecendo, indiretamente, restri-  
ções de estrutura. (A expressão restrições de trajetória descreve  
aqui aquelas relações entre os componentes de um processo social,  
que são necessárias a sua continuidade. Descreve, portanto, os ele-  
mentos responsáveis da definição da tendência e da intensidade do  
processo, ou seja, refere-se às relações sociais cuja continua-  
de é responsável da gênese estrutural. Em seu cerne conceitual, é  
a noção que permite conceber modelos econômicos do tipo "via ex-  
pressa", cuja essência é o encadeamento de movimentos, em "órbi-  
tas" de velocidade diferenciada, que funcionam de modo concomitan-  
te. No fundo, as restrições de trajetória dos processos sociais  
abrangem as restrições de complementaridade entre diferentes ele-  
mentos que, por sua vez, identificam e dão permanência às estru-  
turas).

### 3. As combinações de processo e estrutura.

Uma característica da análise científica, é que ela

(22) Georges Ribeill ("Tensions et mutations sociales" Presses Univ. de France, Paris, 1974) desenvolve uma análise dos mecanismos de dinâmica das muta-  
ções sociais, centrando a atenção em diferenciações que se instalam a par-  
tir da instabilidade de movimentos, ao interior dos processos sociais, que  
se identificam com as questões aqui apresentadas.



requer o uso sistemático de um mesmo conjunto de princípios de método, portanto, que pressupõe um compromisso global com uma opção de método, que afeta a análise teórica em suas diversas manifestações. As operações simples de justaposição e sequenciamento, são parte necessária dos raciocínios analógicos, pelos quais se realiza a produção do pensamento teórico. Isto significa que a discussão dos problemas técnicos dessas operações básicas de justaposição e sequência, é parte necessária das operações pelas quais se estabelecem sequências de analogias. Assim, ainda, estes aspectos operativos são essenciais na construção de um pensamento teórico que se justifica, precisamente, pela solidez e representatividade das analogias em que se sustenta. Neste sentido, são igualmente importantes, as restrições oriundas das condições genéricas destes procedimentos formais, como as restrições que derivam do material específico com que trabalha cada ciência. Assim, no que toca às ciências sociais, são noções que se identificam com os conceitos de processo e estrutura, de genética das estruturas e de transformações que têm lugar nos próprios processos sociais. Paralelamente, as qualificações dos conceitos de processo e de estrutura, nas diversas condições específicas em que elas se apresentam, definem uma base para distinguir as condições temporais e atemporais em que pode germinar uma proposta de interpretação teórica.

Cabe observar que, dentre operações de justaposição e sequenciamento de fenômenos, as maiores repercussões tem sobre o desenvolvimento da análise social, resultam do maior peso que nela tendem a ter as operações de sequenciamento, por sua maior facilidade de acompanhar os aumentos de complexidade das questões que se pretende analisar. Este maior potencial da análise diacrônica, entretanto, tem sido pouco aproveitado, frente às maiores facilidades de operacionalização da análise sincrônica, conceitualmente mais próxima do tratamento dos problemas imediatos: A análise econômica instantânea (por uma deformação de enfoque, toda a análise instantânea tem sido identificada com as condições de análise estática, apesar de que está, logicamente, incluída como um caso particular da análise de dinâmica<sup>(23)</sup> ilustra com clareza

(23) A noção de equilíbrio tem sido um dos principais mitos conceituais da teoria econômica, colocado inicialmente como um estado natural - as forças tendem a voltar a uma situação de equilíbrio, quando deslocadas de seu es

esta situação, mostrando uma curiosa inversão do que fosse uma ordem previsível, de passar de conceituações genéricas de dinâmica para a definição de conceituações específicas de estática. Esta inversão da ordem conceitual da teoria, tem muito em comum com o fato de que o maior desenvolvimento da análise formal instantânea tivesse criado uma impressão de que a precisão formal da análise estática produzisse elementos relevantes para a explicação das transformações de estrutura.

Ao reconhecer que o maior potencial teórico da análise decorre, justamente, de sua capacidade para incorporar novos elementos factuais, numa sucessão praticamente sem limites - como em qualquer sucessão numérica - admite-se, tacitamente, que o próprio processo de incorporação de elementos novos nas sequências de fenômenos seja um aspecto essencial da análise diacrônica, identificando o conteúdo temporal dos acontecimentos que são analisados. (Um bom exemplo se encontra no progresso da técnica, ao reconhecer que sua trajetória histórica não necessariamente é contínua, que a substituição de técnicas inclui opções que constituem desvios em relação com o progresso secular da tecnologia. O próprio sentido de progresso nesse caso implica em voltar, eventualmente, a soluções temporariamente consideradas inadequadas - como os moinhos de vento - para ter uma visão articulada do progresso da técnica em seu conjunto. Em síntese, não só a incorporação de elementos novos é um aspecto fundamental da realidade, como também a forma como se dá essa incorporação).

A partir destes esclarecimentos, a questão teórica mais urgente desta análise social fica sendo a explicação dos fe-

(continuação da nota da página anterior)

tado natural de equilíbrio. A noção de equilíbrio também contém uma referência indireta a estabilidade nas relações das forças sociais, já que o equilíbrio entre oferta e procura também é o equilíbrio entre os produtores e os consumidores, respectivamente em suas formas institucionais. Na prática, a noção de equilíbrio é utilizada, igualmente, para significar uma equivalência de oferta e procura, como para significar situações de estabilidade de uma determinada estrutura - empresa ou economia nacional - como resultado de diferentes equivalências, concomitantes ou simplesmente coincidentes. Obviamente, em ambas acepções não necessariamente estão incluídas as consequências dessas equivalências. O equilíbrio é inconsequencial, porque não contém os elementos que indiquem se as características estruturais mudam por haver equilíbrio, ou se mudam os elementos postos em condições de equivalência ou de estabilidade.

nômenos relativos à repetição dos movimentos de incorporação de elementos novos na análise sequencial. De modo genérico, esta renovação dos componentes das sequências é o que expande o âmbito de percepção dos processos sociais em seu respectivo tempo próprio - o tempo do lapso histórico em que acontecem - garantindo a multidimensionalidade da análise histórica. (São, na verdade, diferentes lapsos que coexistem, tal como coexistem os tempos da substituição de alguns modelos de aviões por outros, com os tempos de estudo e planejamento do aproveitamento das terras semi-áridas e ainda, como os tempos do planejamento econômico de curto prazo embutido nos anteriores). Assim, na medida em que a captação do espaço territorial pelos fenômenos sociais varia ao longo do tempo (por exemplo, como varia o espaço territorial subordinado à estrutura social e econômica da cultura do açúcar nas Américas), percebe-se como o uso de espaço é parte da estruturação da atividade social, em seus planos econômico, institucional, cultural e técnico. Assim, a captação de espaço pode ser vista, alternativamente, como parte da caracterização de um determinado conjunto, ou como parte de um conjunto de movimentos, que somente pode ser individualizado pela constância (repetição) das relações entre seus componentes. No primeiro caso, a repetição da incorporação de componentes novos de acontecimentos nas sequências analisadas (O padrão da inclusão de novos espaços dedicados a novas formas de exploração de cana de açúcar, com maior elenco de produtos manejados em forma alternativa, nos espaços historicamente ocupados pela cana de açúcar) é parte da formação de estruturas espaciais - regiões, sub-regiões, cidades e suas respectivas zonas de influência. No segundo caso, a repetição é parte de movimentos relacionados uns com os outros, que são parte de um mesmo processo social (do mesmo modo como o aludido padrão de inclusão de novas zonas canavieiras deve ser analisado, em comparação com as condições de funcionamento das zonas canavieiras atuais), ficando excluídas as observações sobre os aspectos de estrutura (como no caso da análise da formação da atividade comercial numa determinada cidade, que não considera como esta atividade tem efeitos estruturantes ou desestruturantes da cidade). Em síntese, trata-se de movimentos que são próprios de determinadas estruturas e que não necessariamente se repetem de uma

estruturação a outra. (O estudo dos espaços rurais abrangidos pelas metrópoles ilustra perfeitamente esta observação: suas transformações estão, direta e indiretamente, determinada pelo fenômeno específico de metropolização; e não necessariamente se repetem de uma experiência a outra).

Neste nível de discussão conceitual, a idéia de processo abrange as possibilidades conceituais de estruturação e desestruturação; e pode ser manejada, em diferentes instâncias da análise social de estruturas, abarcando o estudo das interrelações entre estruturas sociais concretas<sup>(24)</sup>; e a análise de aspectos da formação de uma outra dessas mesmas estruturas, tal como de fato acontece, ao tratarem-se problemas históricos específicos (isto de fato acontece no estudo da história da teoria econômica e no estudo de formações regionais, no primeiro porque algumas idéias teóricas retornam com diferentes níveis de complexidade<sup>(25)</sup>; e no

---

(24) A articulação de uma análise social com perspectiva de prazo muito longo -secular- tem mostrado ser necessária, em diversos países latino-americanos, para explicar alguns dos principais movimentos em curso na formação espacial. Principalmente em países de colonização antiga, mais ainda, em países com importante trajetória pré-colombiana, há diversas considerações básicas, que somente podem ser articuladas sobre a base de observações factuais sobre a superposição de estruturas espaciais. Tal superposição tem mostrado como tem avançado, e às vezes recuado, a formação social de escala nacional, com suas consequências nas organização do povoamento e nas grandes opções de morfologia do capital. Em países como México e Peru, que foram fortemente condicionados pela mineração, as concentrações de população criaram bases estruturais, que seriam posteriormente captadas nas estruturas nacionais-industriais. Noutros casos, como no do Equador, as sucessivas estruturações de base comercial, sobre o período colonial, se repetiriam no período moderno, encontrando-se nítidas dificuldades para que a estrutura econômica de base industrial "integre" os remanescentes de múltiplas estruturações pré-industriais. Noutros casos ainda, como no da Colombia, a organização da economia "moderna" se faz sobre bases regionais, com pouca transmissão às regiões lindantes. Coexistem formas regionais estruturadas nos períodos pré-industriais; e a articulação entre a industrialização e a organização econômica rural também se dá a nível de regiões, com graves consequências para a estruturação de um sistema de infra-estrutura - transportes, energia, irrigação - que seja convergente com a estruturação de escala nacional.

(25) A atual colocação dos problemas ecológicos na economia é um excelente exemplo desta questão. É preciso lembrar que o debate acerca de um quadro variável de recursos naturais já está, nítido, entre os clássicos e que, precisamente, J.S. Mill refere-se à fronteira agrícola dos Estados Unidos como um fato que altera a perspectiva de economia agrícola no mundo. Entretanto, a noção de uma estrutura variante de recursos naturais, articulada em sistemas com diferente "metabolismo" é uma versão bastante mais complexa que a anterior.

segundo, porque numa mesma região se superpõem, ao longo do tempo, formas de organização similar, também com diferentes níveis de complexidade, com diferente correspondência com a técnica.<sup>(26)</sup>

De qualquer modo, é preciso reconhecer que estes são somente alguns aspectos genéricos de movimentos sociais de grande complexidade; e que não há qualquer razão para supor que as observações sobre a renovação das sequências de fenômenos similares seja suficiente para superar as dificuldades da análise histórica as formações regionais. Por isto mesmo, a referência a uma eventual estruturação desta análise pode ser excessiva, constituindo uma transferência indevida, de uma postura interpretativa genérica, a questões pouco conhecidas. Também é preciso lembrar que a noção genérica de processo, aplicada aos fenômenos sociais, também pode ser tomada em diferentes acepções, para significar conjuntos de movimentos de diversos graus de complexidade, algumas vezes sintetizando impactos de modificações no contexto das relações sociais; e outras vezes, refletindo sucessões de impactos de transformação da estrutura técnica das economias, como tem acontecido historicamente com a transformação dos sistemas de transportes (o comentário habitual sobre a substituição de transporte ferroviário por rodoviário deixa de lado os problemas de sequência de desenvolvimento da técnica em cada tipo de transporte, bem como seus impactos sobre o sistema de comercialização. Entretanto, do ponto de vista de uma análise regional, o fundamental são estes tipos de encadeamento de efeitos econômicos, com suas consequências sobre a urbanização<sup>(27)</sup> .

---

(26) Dentre os diversos exemplos que podem ser aduzidos, cabe comentar o das regiões do Golfo do México, com a implantação de uma economia intensiva de exploração petrolífera, que modifica a densidade e o sentido do sistema de transportes. A transformação destas regiões contrasta, por exemplo, com a das regiões petrolíferas da Venezuela, cuja organização não levou a uma reorganização espacial da implantação dos investimentos da indústria não-petrolífera.

(27) Por aí entra um aspecto fundamental, que é o do interrelacionamento entre o capital social básico e o capital direto de produção, com as complicações consequentes à morfologia do capital direto de produção e a assimetria da complexidade do capital social básico. Os deslocamentos na estrutura do capital social básico têm consequências que se estendem à totalidade do capital direto de produção, atingindo sua resposta a estímulos de demanda e impulsos de investimentos novos. Estas consequências aparecem, primeiro sob a forma de impactos nos umbrais do próprio capital social bá

Na análise econômica tem se atribuído uma posição dominante aos fenômenos de produção, que se considera como indutora de outros tipos de fenômenos econômicos, integrantes do âmbito da circulação de bens e de moeda. A percepção do tempo é introduzida como a percepção das escalas de tempo determinadas pelas atividades de produzir e de recompor o capital para produzir. Daí, logicamente, decorre uma simplificação dos problemas teóricos de análise das combinações das escalas de tempo, que correspondem à produção e à circulação, como também se pode dizer que há uma simplificação em relação com as escalas dos tempos do consumo.

Neste último caso, inclusive, estas simplificações são mais evidentes, porque passam por cima de diferenças tão profundas como aquelas que há entre o consumo de alimentos, o de roupa e o de moradia. À parte as diferenças de impacto sobre as estruturas do capital e do emprego, estas diferenças de escala de tempo denotam uma brecha muito mais profunda entre a órbita da produção de bens e a da produção de serviços, com a consequência de que os usos de moeda na economia em seu conjunto se definem em diferentes patamares de velocidade<sup>(28)</sup> que, por sua vez, refletem a

(continuação da nota da página anterior)

sico, nas interrelações entre os sistemas que o compõem; e posteriormente, sob a forma de modificações nas perspectivas de expansão das concentrações regionais de capital. Há uma questão básica na análise teórica, relativa à conversão dos impulsos de aceleração de tipo setorial às estruturas regionais, cujos resultados são mais evidentes ao nível do processo de urbanização. Neste, os impulsos setoriais típicos, como os da industrialização, entram noutros circuitos estruturais, diferenciando-se, segundo ingressam nos diferentes grupos de tamanho das cidades. Especialmente, são conversões que tomam características únicas, ao nível dos processos de metropolização, quando incluem a presença de estruturas de capital social básico que são essencialmente diferentes das que se encontram em cidades menores. É o caso concreto das estruturas de transportes urbanos - como dos transportes subterrâneos - que são completamente descontínuas em relação com as estruturas de transportes urbanos habituais.

A questão genérica da relação entre o capital social básico e a estrutura da capacidade de produção constitui um dos aspectos mais sensíveis da análise das transformações estruturais que, geralmente, são associadas com o processo de desenvolvimento das economias semi-industrializadas.

- (28) Os usos de dinheiro refletem modos de funcionamento de diferentes atividades da economia rural e da urbana, e, logicamente, mostram a maior facilidade de circulação entre uma atividade e outra no meio urbano comparado com o rural. É importante assinalar, como o aprofundamento e a expansão do capitalismo financeiro nas grandes cidades dos países sub-desenvolvidos, conduz o desenvolvimento de mecanismos financeiros colaterais, que também operam ao nível da relação entre a economia urbana e a rural.



presença de certos tipos de relações entre setores. Ao longo das transformações globais, identificadas com a industrialização e o desenvolvimento de um setor produtor de serviços de alta tecnologia, esses três tipos de consumo têm suas respectivas formas de comportamento social - mapas de indiferença, segundo a análise econômica convencional - que se reproduzem também com certos padrões previsíveis, acompanhando as mudanças dos valores dos diferentes grupos sociais. (Há mudanças nos hábitos de vestir nos países tropicais entre 1900 e 1980, por exemplo, que mostram um notável distanciamento em relação com os correspondentes padrões de vestir, predominantes, ano a ano, nos países ricos).

A questão de operacionalização da análise regional que reúne diferentes períodos de duração, reflete-se ao nível da análise global, na caracterização dos períodos de produção. Esta questão, que fora muito simplificada na análise macro-econômica corrente, com os mecanismos contábeis de depreciação, constitui um problema muito mais complexo de estrutura, primeiro pela significação dos períodos de produção na diferenciação entre regiões mais ou menos industrializadas, ou ainda, na diferenciação das posições relativas em que se encontram as diferentes regiões no contexto de um determinado processo de acumulação de capital. Em segundo lugar, pela significação dos períodos de produção na adaptação da economia rural à tecnificação e à integração das zonas rurais com o mercado.

As simplificações conceituais sobre a percepção do tempo na análise econômica, dão lugar a diversas distorções que, de um modo ou de outro, obstaculizam a formalização de uma análise capaz de captar os problemas de concomitância de fenômenos de diferentes durações, criando uma separação artificial entre curto, médio e longo prazo. Inclusive, esta organização da análise social em blocos de tempo separados pressupõe que se tem justificativas suficientes para pôr mais ênfase nos elementos que diferenciam os prazos, que nos elementos que os interligam. Este, entretanto, é um aspecto em que a consideração das condições espaciais constitui um qualificativo essencial da análise social, que projeta outra luz no tratamento de questões de prazo na análise regional, e da forma como estas questões de prazo estão situadas no

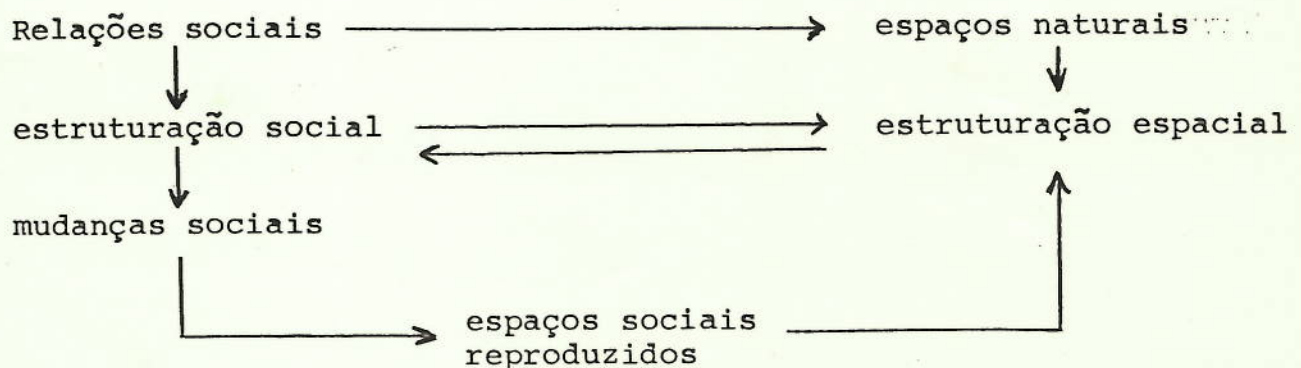
contexto propriamente dito de processos sociais.

### 5. As mudanças sociais e a relação sociedade-meio físico.

Em grande parte, as colocações sobre a relação sociedade-meio físico referem-se a um tipo de interrelação, em que os dois termos costumam ser tomados a partir de seus dados atuais, e não como um produto das modificações que ocorrem em cada um dos dois. No entanto, não há dúvida que a sociedade afeta o meio físico como resultado de seu próprio processo de mudança; e que absorve as mudanças do meio físico, sejam elas bruscas ou paulatinas.

A sociedade afeta o meio físico, porque a forma atual de organização das relações sociais exprime a presença de processos em curso, como os de expansão do capitalismo, de progresso técnico, de interpenetração cultural, de urbanização, etc que modificam, continuamente, os modos de utilização e criação de espaço, e de mutação dos tipos de espaço que são criados e usados. Distinguem-se diferenças estruturais entre os espaços naturais que simplesmente são incorporados pela sociedade; e os espaços que resultam de um processo mais elaborado de transformação, em que a criação de espaço já é parte de uma mudança social.

FIG. 1



Observando-se este quadro de interrelações sob o prisma das manifestações espaciais dos processos sociais - aqui indi-

cadadas pela estruturação espacial - distinguem-se as situações de espaços que são incorporados pela sociedade diretamente em sua forma atual, que são, principalmente, os espaços fora de uso e os espaços rurais, de uso pouco intenso, que não são modificados pelos processos sociais, ou ainda, que são pouco modificados por eles. Distinguem-se, por contraste, os espaços reproduzidos pelo funcionamento das forças sociais, em seu movimento contínuo: são os espaços físicos cuja significação está coberta pela de espaços sociais, com inconfundível profundidade histórica, isto é, duração no tempo histórico. A característica dominante dos primeiros seria a predominância do componente físico sobre o social e a ausência de modificações sistemáticas que decorram da trajetória das mudanças sociais. Por contraste, o segundo grupo estaria caracterizado pelo predomínio dos efeitos de processos sociais, seja de processos em curso ou mesmo de processos já concluídos. A reprodução do espaço social, mais nítida onde mais se concentra - nas cidades - estende-se, agora em forma mais acelerada, ao meio rural, onde se encontram transformações consequentes à dinâmica da economia rural, em concomitância com o impacto da transferência de modos de organização e comportamento, próprios dos meios urbanos. A bem conhecida diminuição do isolamento do meio rural - com a expansão das comunicações e dos meios de transporte - impõe uma qualificação adicional à análise social, levando a valorizar mais diversos aspectos dos mecanismos de inter-relação entre campo e cidade, cuja importância foi suplantada pela importância dos aspectos de diferenciação entre campo e cidade.

Este conjunto de observações esboça uma referência básica para uma breve revisão dos problemas de análise dos aspectos sociais da relação sociedade-meio físico, nas condições em que prevalecem aquelas mudanças sociais que vêm caracterizando as principais transformações dos países com economias semi-industrializadas e com sistemas financeiros pouco desenvolvidos. As mudanças sociais aqui assinaladas, têm sido marcadas por: (i) frequentes processos de desestruturação da economia rural, com intensificação de movimentos migratórios; (ii) crescimento das cidades grandes, principalmente das capitais regionais, que passam a exercer funções análogas às das metrópoles nacionais, caracterizando-se como metrópoles regionais; (iii) proliferação de tipos de prestação de servi-

ços às pessoas, que integram os circuitos de mercado formal e informal de trabalho, e que compõem um sistema de absorção de sub-emprego; e proliferação de serviços às empresas, que são parte dos sub-conjuntos mais capitalizados da economia. São, ademais, condições de sub-desenvolvimento, inconfundivelmente marcadas por processos de índole cultural da formação social de cada país, que fazem com que cada sociedade processe os impulsos de expansão do capitalismo, atribuindo-lhe características próprias. Assim, os principais movimentos que têm tido lugar no âmbito rural - desarticulação e rearticulação da economia, aprofundamento da capitalização e desestruturação e reestruturação social - têm diminuído a densidade demográfica rural (mesmo quando propiciam o crescimento dos povoados e das cidades pequenas, como no caso dos "boia fria"), em direta correspondência com o perfil e a profundidade da urbanização.

As mudanças no âmbito da prestação de serviços são parte do mesmo esquema geral de transformação social, que atinge, em diferentes modalidades, o meio urbano e o rural. O aumento da proporção do trabalho assalariado é interdependente de modificações na mobilidade da mão de obra e na mobilização da força de trabalho das unidades familiares, com reflexos sobre as proporções de emprego real estruturalmente possíveis a cada nível de capacidade instalada de produção e de acumulação de capital. Assim, não é somente que se registrem diferenças significativas na lista das modalidades de prestação de serviços que são identificadas com os "níveis de desenvolvimento", mas são também suas repercussões sobre as condições de integração da força de trabalho na economia. As transformações registradas nestas etapas de transformação das economias semi-industrializadas, mostram modificações substanciais no contexto da prestação de serviços, combinando o maior dinamismo dos serviços de elevada tecnologia - associados com a pesquisa aplicada e com a transferência e propagação de técnicas - com o aumento do número total de pessoas que derivam sua renda pessoal dos serviços tradicionais. Longe de poder ser considerado como um espaço econômico "residual" em relação com as transformações da economia industrial e da agrícola, a prestação de serviços define-se como um conjunto de atividades que estão articuladas, primeiro ao nível da estruturação dos sistemas de infra-es-

trutura e segundo, particularmente, com determinados tipos de produção de bens.

Estas mudanças têm marcado as economias deste tipo nos últimos decênios. Geralmente são tratadas como parte de colocações sobre o desenvolvimento de suas economias, entendendo-se que podem ser situadas como parte de uma trajetória previsível: a acumulação de capital induz a urbanização e a industrialização e estas, por sua vez, induzem transformações na economia rural. Ou a concentração de uma economia urbana favorece a implantação de indústrias, cuja presença reforça a urbanização; e em seu conjunto, aceleram a transformação rural. Está bem claro agora, que são explicações genéricas que passam por alto diversos aspectos de falta de continuidade entre os impulsos de crescimento, bem como retrocessos no uso de técnicas. Pior, passam por alto as interrelações entre os retrocessos da economia e os das condições materiais de vida da população. É a falácia do progresso material como equivalente ao desenvolvimento econômico e social. Com ela, é a identificação da presença de elementos contraditórios no atual objeto de estudo da análise social; e a indicação de que esta análise deve ser metodologicamente idônea, para captar as peculiaridades deste tipo de mudanças, bem como para entrar no mérito de sua significação na estruturação espacial destas economias semi-industrializadas.